

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC

CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

MAURÍCIO MARTINS DE OLIVEIRA

**PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO CENTRO DE
REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS): DESAFIOS E
POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO**

CRICIÚMA, DEZEMBRO DE 2012

MAURÍCIO MARTINS DE OLIVEIRA

**PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO CENTRO DE
REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS): DESAFIOS E
POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO**

Trabalho de Conclusão do Curso,
apresentado para obtenção do grau de
licenciatura no Curso de Educação Física
da Universidade do Extremo Sul
Catarinense, UNESC.

Orientador: Profº. MSc. Ismael Francisco
de Souza

CRICIÚMA, DEZEMBRO DE 2012

MAURÍCIO MARTINS DE OLIVEIRA

**PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO CENTRO DE
REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS): DESAFIOS E
POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso para
obtenção do Grau de licenciatura, no
Curso de Educação Física da
Universidade do Extremo Sul
Catarinense, UNESC, com Linha de
Pesquisa em Teoria e Prática pedagógica

Criciúma, 06 de Dezembro de 2012.

Prof. Ismael Francisco de Souza – Mestre - (UNESC) – Orientador

Prof. Elisa Fátima Stradiotto - Mestre - (UNESC)

Prof. José Orion Bonotto - Especialista - (UNESC)

AGRADECIMENTOS

Após varias reflexões consegui perceber que não chegaria até aqui sozinho, sem essa base que me envolve e me auxilia, seja ela divina ou terrena. Sendo essa base divina Deus que em vários momentos me empurrou para frente para dar continuidade e finalizar este trabalho. Já a base terrena é enorme, são várias pessoas que ao longo desses quatro anos de formação fui conhecendo e me afiliando, sem elas eu não teria chegado nem na metade do meu curso de graduação.

As pessoas das quais me refiro são:

- Minha família que me apoiou e me amparou em momentos que tive dificuldades me ajudando e muito nesse trabalho. Obrigado.
- Meus amigos de curso os quais mais me afeiçoei ao decorrer dele, Kleber, Anderson, Maicon (Tomate), Juliano, Giovane (Floripa) e Nelson, vocês me aconselhando, me levantando o astral quando necessário e me dando broncas quando preciso, agradeço muito a vocês.
- Ao CRAS por me proporcionar até então a melhor experiência docente de minha inicial carreira docente.
- Meus amigos Ricardo Cidade Sombrio e Michel Oliveira Vargas, entre todas as conversas de madrugadas, bebidas juntos, dentre outras situações, vocês fizeram e fazem parte das melhores histórias que tive aqui em Criciúma. Agradeço muito a vocês.
- Aos meus amigos da minha cidade natal, Eduardo e Anderson (Tanque), por não termos perdido o contato mantendo viva essa amizade.

Deixando por ultimo para agradecer os professores da UNESC, pois acredito que estes merecem meu carinho e mais sinceros agradecimentos, pois estes me ajudaram no meu amadurecimento como pessoa e como futuro docente. Sendo esses professores:

- Carlos Augusto Euzébio: Obrigado por todos os galhos quebrados, todos os puxões de orelha e todos os conselhos

risonhos que me deste, és uma referencia muito grande como docente para mim, obrigado.

- Elisa Fátima Stradiotto: Agradeço e muito por ter me acolhido e me ajudado nesta pesquisa, me ensinando a pesquisar, observar e analisar os dados, mesmo isso não sendo de sua responsabilidade, muito obrigado.
- José Orion Bonotto: A todos os ensinamentos que me passaste durante o curso sobre esportes alternativos e também pela confiança depositada em mim muitas vezes. Obrigado, professor.
- Ismael Francisco de Souza: Obrigado por me acolher como orientador aceitando-me como orientando, aconselhando-me e ajudando-me não somente a concluir a pesquisa, mas também por ter acreditado em mim quanto ao CRAS, obrigado professor.

Termino meus agradecimentos com um trecho de uma musica que me chamou mais atenção durante esse ano de 2012 e que trabalhei muito com meus alunos enquanto estive no CRAS.

“A sociedade não aprendeu ainda
Que é da lagarta feia que nasce a borboleta linda”
(Inquérito – Bumerangue)

“Eu sou um intelectual que não tem medo de ser amoroso, eu amo as gentes e amo o mundo. E é porque amo as pessoas e amo o mundo, que eu brigo para que a justiça social se implante antes da caridade.”

Paulo Freire

RESUMO

A pesquisa tem como tema professores de Educação Física no centro de referência da assistência social (CRAS): desafios e possibilidades de inclusão. Após atuar por um ano e meio na instituição CRAS localizada no bairro Cristo Redentor no município de Criciúma com a oficina de esporte e lazer. Percebi a dificuldade que tive para atuar com esse público e com essa dinâmica totalmente diferente do âmbito escolar que é um CRAS. Elabora-se como problema da pesquisa: Qual o conhecimento necessário que os professores (facilitadores) de Educação Física deverão ter para enfrentar os desafios e possibilitar a inclusão das crianças e adolescentes no meio social? O presente estudo tem como objetivo geral: Identificar o conhecimento que os professores de Educação Física desenvolvem para enfrentar os desafios e possibilitar a inclusão das crianças e adolescentes no meio social. Para melhor desenvolver esta pesquisa elencam-se algumas questões norteadoras: Como é a atuação dos professores de Educação Física nas oficinas de esporte e lazer? Qual o conceito de inclusão relatado pelos professores? Qual a relação afetiva entre professores, crianças e adolescentes? Qual a tendência pedagógica desenvolvida pelos professores? O trabalho se constitui em uma pesquisa de campo com caráter qualitativo em que os dados foram coletados por meio de um questionário com perguntas abertas. Tratou-se de uma amostra simples e intencional, representada por quatro (4) facilitadores das oficinas de esporte e lazer dos seis (6) CRAS existentes no município de Criciúma. O referencial teórico está subsidiado por vários autores Castellani (1991), Bracht (1999); (1997), COLETIVO DE AUTORES (2009) e KUNZ (2000). Conclui-se, portanto, que a formação dos acadêmicos é boa, porém não dá subsídios para que trabalhem na área social. Vimos também que a dinâmica das oficinas de esporte e lazer varia de CRAS para CRAS, tendo essa dinâmica que ser revista em alguns casos.

PALAVRAS-CHAVE: CRAS, Inclusão, Formação dos professores.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social

PAIF - Programa de Atenção a Família

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA: AS TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS E SUAS INFLUÊNCIAS NA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS.	13
2.1 FORMAÇÃO MILITAR-HIGIENISTA	13
2.2 TENDÊNCIA ESPORTIVIZADA – TECNICISTA.....	14
2.3 MOVIMENTO RENOVADOR DA EDUCAÇÃO FÍSICA	15
3. ATUAÇÃO DO FACILITADOR NAS OFICINAS DO CENTROS DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS).....	20
3.1 FACILITADORES E SUA FORMAÇÃO	20
3.2 A RELAÇÃO DO FACILITADOR COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES	23
3.3 A EDUCAÇÃO FÍSICA PROPORCIONANDO A INCLUSÃO SOCIAL	24
4. A POLITICA NACIONAL ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	26
4.1 O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	27
4.2 A TIPIFICAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTÊNCIAIS	29
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	34
6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.	36
7 CONCLUSÃO	45
8 REFERÊNCIAS	47
APÊNDICES.....	50

1 INTRODUÇÃO

O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) se encaixa no Serviço de Proteção Social Básica, que tem a função de prevenir a violação de direitos, sendo que o CRAS possui oficinas ministradas pelos facilitadores, sendo essas oficinas de comunicação, esporte e lazer, artes, informática, cidadania, entre outras. Apesar das oficinas trabalharem com temáticas diversas o objetivo principal delas é facilitar a inclusão das crianças e adolescentes na sociedade, prevenindo os riscos de vulnerabilidade social.

Dito isso, vale salientar que o público alvo do CRAS são crianças, adolescentes e idosos de comunidades com alta vulnerabilidade social, ou seja, que tem uma chance alta de terem seus direitos socioassistenciais violados.

São considerados serviços de proteção básica de assistência social aqueles que potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, através do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam a convivência, a socialização e o acolhimento em famílias cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos, bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho (PNAS, 2004)

Os facilitadores de esporte e lazer são estagiários ou pessoas formadas em Educação Física, conforme vimos isso, percebemos que o papel desse facilitador é incluir os usuários¹ do CRAS, o que para Mitler (2003) a inclusão vem a assegurar que todos os alunos possam ter o acesso a todos a gama de oportunidades educacionais e sociais.

Tendo visto um pouco sobre o CRAS e a oficina de esporte e lazer, temos como **tema** desta pesquisa professores de Educação Física no centro

¹ Segundo a PNAS constitui o público usuário da Política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (MDS, 2005, p. 33).

de referência da assistência social (CRAS): desafios e possibilidades de inclusão.

Particpei da instituição CRAS com a oficina de esporte e lazer pelo período de um ano e meio, no CRAS do bairro Cristo Redentor, onde pude perceber a dificuldade de se trabalhar com algo até então desconhecido, pois apesar de termos uma boa base na graduação, senti uma tremenda dificuldade para me habituar com a diferente dinâmica e o público diferenciado que se encontra na instituição.

Passei então a ter a curiosidade de saber o porquê de ter tamanha dificuldade e se era teria acontecido apenas comigo e passei então a querer pesquisar o **problema** para saber qual o conhecimento necessário que os facilitadores de Educação Física deverão ter para enfrentar os desafios e possibilitar a inclusão das crianças e adolescentes no meio social.

Tendo levantado o problema temos então o **objetivo geral** que seria Identificar o conhecimento que os professores de Educação Física desenvolvem para enfrentar os desafios e possibilitar a inclusão das crianças e adolescentes no meio social, a partir daí elencou-se as seguintes **questões norteadoras**:

- Como é a atuação dos facilitadores de Educação Física nas oficinas de esporte e lazer;
- Qual o conceito de Inclusão relatado pelos facilitadores;
- Qual a relação afetiva entre professores crianças e adolescentes;
- Qual a tendência pedagógica desenvolvida pelos facilitadores.

Aplicamos um questionário com perguntas abertas sendo que nossa amostra era simples e intencional. Os sujeitos pesquisados foram os facilitadores das oficinas de esporte e lazer das seis entidades de CRAS existentes no município de Criciúma.

Esta pesquisa se divide em três momentos. No primeiro momento buscamos referencial teórico baseando-se em Castellani (1991), Bracht (1999); (1997), COLETIVO DE AUTORES (2009) e KUNZ (2000), fazendo uma análise histórica vendo as diversas formações que os professores de Educação Física tinham em sua graduação observando as tendências trabalhadas. Após referenciarmos sobre a formação desse docente, fomos buscar em Barros

(2007), Freire (1999), Tiba (1999), Morales (2000), Almeida (1999) e o COLETIVO DE AUTORES (2009), fundamentos para embasar a prática do facilitador dentro da instituição CRAS, subsidiando assim as relações afetivas entre professor e alunos e as maneiras de inclusão social. Com isso fomos buscar em documentos e autores, fundamentos para explicar as funções do Centro de Referência Da Assistência Social (CRAS), seus objetivos, seu território e sua população.

No segundo momento, esboçam-se os procedimentos metodológicos, caracterizando a pesquisa, descrevendo o tipo de amostra e os instrumentos utilizados.

No terceiro momento, explana-se sobre a análise e discussão dos dados com base na análise do discurso à luz do referencial teórico e das considerações da compreensão do acadêmico.

Finalizando o trabalho, seguem a conclusão, referências bibliográficas, apêndices e anexo.

.

2 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA: AS TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS E SUAS INFLUÊNCIAS NA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS.

Este capítulo tem uma preocupação de descrever as mudanças ocorridas ao longo da história sobre a Educação Física, influenciada pela forma de desenvolvimento que o país vivenciou a partir da década de 1930 até os dias atuais.

2.1 FORMAÇÃO MILITAR-HIGIENISTA

Para entendermos a formação dos profissionais de Educação Física com a concepção militar-higienista, devemos primeiramente entender a forte influência que a Educação Física sofreu das instituições militares devido ao cenário em que o Brasil se encontrava, que era o de obter um desenvolvimento acelerado para suprir o atraso deixado pelo Brasil-colônia.(CASTELLANI, 1991)

Para que o progresso almejado acontecesse, deveríamos primeiramente ter trabalhadores fortes e saudáveis e também disciplinados, pois para haver o progresso deveria haver ordem, sendo então a Educação Física associada à Educação do Físico, porém essa associação não se deve somente aos militares, mas também aos médicos que tomaram para si a função de reorganizar a instituição familiar denunciando os malefícios da estrutura familiar do período colonial.(CASTELLANI, 1991)

A instituição militar tinha a prática — exercícios sistematizados que foram ressignificados (no plano civil) pelo conhecimento médico. Isso vai ser feito numa perspectiva terapêutica, mas principalmente pedagógica. Educar o corpo para a produção significa promover saúde e educação para a saúde (hábitos saudáveis, higiênicos) (BRACHT, p. 72, 1999)

Para Castellani (1991), a nova concepção de família vinha retratar uma família burguesa e uma cultura corporal de corpos fortes, robustos e saudáveis que se opunha à concepção de corpo da família colonial flácido, relapso e doentio. Essa concepção de corpo veio a incentivar o racismo e o preconceito social para aqueles que não gozaram das práticas culturais saudáveis implantadas pelo modelo higienista.

Em 1822, os negros somavam a metade da população nacional, alguns anos à frente a população de negros passavam dos 2.500.000 negros no país trazendo assim um temor de que houvesse uma recolonização portuguesa, com uma manipulação desses escravos ocasionando uma rebeldia exacerbada, portanto a importância de se trabalhar essa tendência higienista para se poder enfrentar os negros que tinham bastante vigor físico. (Castellani, 1991).

Com isso se teve também uma preocupação com esta concepção de corpo saudável ser levada para a escola onde os **professores** que trabalhavam nessa eram considerados **instrutores** ou “**aplicadores dos exercícios físicos**” (Bracht, 1997), nesta condição os professores eram preparados para desenvolver um trabalho com uma tendência higienista.

O autor acima citado deixa claro que à medida que a industrialização foi se implantando no Brasil, as necessidades de novas mudanças foram acontecendo e com isso a Educação Física se preocupou em formar uma nova tendência que fosse favorecer um desenvolvimento econômico do país, que podemos então referenciá-la no próximo subcapítulo.

2.2 TENDÊNCIA ESPORTIVIZADA – TECNICISTA

Com o fim da ditadura no Brasil, surgem novas tendências a fim de disputar lugar na instituição escolar, dentre essas tendências a que se destacou no âmbito escolar foi a do esporte, porém não o “esporte da escola”, mas sim o “esporte na escola” onde o professor-instrutor passou a ser o professor-treinador e o aluno-recruta passou a ser o aluno-atleta. (COLETIVO DE AUTORES, 1992)

[...] A escola é a base da pirâmide esportiva. É o local onde o talento esportivo vai ser descoberto. Esta relação, portanto, não é simétrica. Por outro lado, a instituição esportiva sempre lançou mão do argumento de que esporte é cultura, é educação, para legitimar-se no contexto social, e principalmente para conseguir apoio e financiamento oficial. (Bracht 1997)

Segundo COLETIVO DE AUTORES (1992), o movimento **esporte** trouxe para os professores de Educação Física uma grande confusão, o papel de professor se confundia com o de treinador, já não se podia diferenciar o

“bom” professor do “bom” treinador, pois os méritos dos professores de Educação Física se davam através do caráter esportivo, por títulos em competições ou atletas destacados.

Conforme Bracht (1997), os professores de Educação Física eram contratados devido a sua carreira no esporte, sendo esses professores também dos cursos de graduação de Educação Física, continuando assim a formação de novos professores com a tendência tecnicista ou esportivizada, que foi muito utilizada na década de 60 e 70 tendo como base movimentos técnicos devido ao momento histórico no qual o país se encontrava, substituindo o lúdico por tarefas mecânicas, ou seja, através do esporte e sua mecanização de movimentos, preparando assim as pessoas para a industrialização que ali se dava.

Bracht (1997) enfatiza que na década de 80 a Educação Física entra em crise e a tendência esportivizada e tecnicista passa a ser contestada devido a uma falta de conteúdos próprios da Educação Física, pois esta se apoiava em conteúdos das ciências naturais, como a biologia. Para se legitimar como ciência é por meio desta crise que ocorre a busca pela legitimação dos conteúdos científicos da Educação Física que abordaremos a seguir.

2.3 MOVIMENTO RENOVADOR DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Os movimentos Renovadores da Educação Física vêm com o intuito de afirmá-la como ciência, ou seja, havia ali uma crise onde os cientistas diziam não haver conteúdos próprios da Educação Física, segundo Bracht (1999, p.76), “[...] o predomínio do conhecimento das ciências naturais, principalmente da biologia e seus derivados, como conhecimento fundamentador da EF, significava a ausência da reflexão pedagógica”, fazendo com que surgissem várias tendências novas que tentam se afirmar como conhecimento, que segundo Coletivo de Autores (1992), destacam-se a “Psicomotricidade”, o movimento “Humanista” e o movimento chamado Esporte para Todos (EPT).

Os movimentos renovadores traziam novos horizontes para a Educação Física, porém nenhum deles se preocupava com a educação crítica dos alunos, tratando sobre assuntos como a **desigualdade social** e os **conflitos destas classes**, o (COLETIVO DE AUTORES 1992, p.32) se pronuncia quando

escreve que, “[...] limites estes que desconsideram os conflitos de classe, onde interesses antagônicos se colocam no interior do processo educativo”.

Perante a fala do autor, há uma preocupação com o contexto social dos estudantes onde a Educação Física deva se legitimar com conteúdos que tratem de resolver os conflitos existentes no meio social bem como minimizar as diferenças das classes sociais, desta forma não poderia esta disciplina trabalhar simplesmente o movimento pelo movimento, mas sim ressignificar os movimentos.

O eixo central da crítica que se fez ao paradigma da aptidão física e esportiva foi dado pela análise da função social da educação, e da EF em particular, como elementos constituintes de uma sociedade capitalista marcada pela dominação e pelas diferenças (injustas) de classe. (Bracht1999, p.78)

Através destas críticas ao paradigma da aptidão física, começaram a surgir as tendências críticas, que atualmente são ensinadas nos cursos de graduação de Educação Física e os formandos levam consigo uma bagagem que possibilita a superação e a emancipação da classe popular, que geralmente trazem consigo, uma cultura com ideias burguesas, transformando-os em opressores pelo fato de terem uma vida desigual.

A partir daí surgiram então duas tendências trazidas pelos nossos cientistas que vieram a solidificar e legitimar um novo caminho da Educação Física na área da educação, sendo elas a concepção **Crítico-Superadora** e a concepção **Crítico-Emancipatória**, que são abordadas no espaço acadêmico.

A concepção crítico-superadora **abandona** a perspectiva de Educação Física que trata como objeto de estudo apenas o desenvolvimento da aptidão física do homem, pois isso tem contribuído para a defesa dos interesses de classes no poder, mantendo os moldes da sociedade capitalista. (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

Conforme Bracht (1999) essa teoria visa superar a si próprio e a construção histórica da sociedade por meio do conhecimento e da criticidade. Essa perspectiva é alicerçada por três elementos fundamentais:

a) **Diagnóstico**: constatação da realidade dos alunos, onde os mesmos expressam suas necessidades e desejos, tendo o professor como ponto de partida para planejar suas aulas;

b) **Judicativa:** julga a situação real dessas necessidades e interesses dos alunos;

c) **Teleológica:** busca uma direção ou objetivo por meio dos dados diagnosticados e julgados, que podem resultar numa postura conservadora ou transformadora, dependendo da realidade da turma. (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

Outro componente de grande relevância na prática pedagógica é o currículo que é o percurso para o aprendizado científico selecionado pela escola. Sua função social é ordenar a reflexão pedagógica do aluno de forma a pensar a realidade social desenvolvendo uma lógica. Para isso, é necessário apropriar-se do conhecimento científico e confrontar com o saber que os alunos trazem do seu cotidiano. (COLETIVO DE AUTORES, 1992)

Numa outra aproximação pode-se dizer que o objeto do currículo é a reflexão do aluno. A escola não desenvolve o conhecimento científico. Ela se apropria dele, dando-lhe um tratamento metodológico de modo a facilitar a sua apreensão pelo aluno. O que a escola desenvolve é a reflexão do aluno sobre esse conhecimento, sua capacidade intelectual. (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 27).

Dessa forma, compreendemos que essa reflexão é determinada pela natureza do conhecimento selecionado e apresentado pela escola que ao ser ordenado torna-se o eixo curricular, sendo o norteador e a referência básica do currículo.

Portanto, o profissional de Educação Física se apropria desta teoria para poder interagir no processo educacional vinculado ao projeto político pedagógico com um planejamento a ser desenvolvido, Visando através das atividades vivenciadas e da interação social dos estudantes acompanhado de um saber científico que possa desmistificar um saber construído através da história vivida pelo estudante.

Quanto à concepção **crítico-emancipatória**, esta teoria pedagógica fundamenta a função do esclarecimento e da prevalência racional de todo agir educacional, precisa estar acompanhada de uma didática comunicativa, assim, a educação tem este papel de desenvolver ações comunicativas. O aluno deve ser capacitado para sua participação na vida social, cultural e esportiva, podendo também ter a capacidade de conhecer, reconhecer e problematizar sentidos e significados nesta vida, através da reflexão crítica.

Habermas (1981, apud Kunz 2000) afirma que o que nos eleva acima da natureza é a linguagem, podendo assim ter a capacidade de agir e falar. Ela se manifesta em diferentes formas de comportamento, para os quais se encontram sempre bons motivos.

O esporte, para ser praticado, segue um princípio do alto rendimento muito exigente, mas, mesmo assim, ele é o modelo que todos querem seguir. O esporte de alto rendimento tem a consciência falsa de que é modelo adequado para todos praticarem. As exigências, o condicionamento físico, técnicas são cada vez menos adequados para sua prática.

Os profissionais de Educação Física que vão desenvolver esta tendência devem perceber o poder desta falsa consciência e da coerção auto-impostas vinculado ao ensino dos esportes. O esporte de alto rendimento altamente valorizado adquiriu o esclarecimento e a consequente libertação de uma falsa consciência, assim como a coerção imposta. Porém este profissional deve se preocupar com o **esporte da escola** e não o **esporte na escola**.

Habermas (apud Kunz, 2000) a partir da Teoria Crítica lança um novo olhar para desenvolver a Educação Física com um conceito de auto-reflexão.

Kunz (2000) mostra três tipos de enunciados onde o conceito de auto-reflexão se apresenta como:

A auto-reflexão dissolve a objetividade auto-gerada, a ilusão objetiva, torna o sujeito cômico de sua própria gênese ou origem, opera ao trazer à consciência os determinantes inconscientes da ação ou da consciência.

A pedagogia crítico-emancipatória pode oportunizar aos alunos com a auto-reflexão e assim dissolver o poder ou a objetividade desta coerção e assumindo um estado de maior liberdade e conhecimento de seus interesses.

Para que os alunos se livrem deste comodismo, os professores devem exigir que os próprios alunos lutem contra a falsa consciência e ilusões objetivas no esporte. Afinal, compreender o esporte nos seus múltiplos sentidos e significados para nele poder agir com liberdade e autonomia, exige, além da capacidade objetiva de saber efetivamente as práticas do esporte, ainda, a capacidade da interação social e comunicativa.

Ao longo da história na área da Educação Física verificou-se que o processo de formação dos professores seguia as tendências instituídas pelo processo econômico e político no desenvolvimento de um país bem como as

influências européias que a nação sofreu desde a época da colonização. Os professores desenvolviam um trabalho de acordo com os movimentos sociais que aconteciam na sociedade. (CASTELLANI, 1991)

3. ATUAÇÃO DO FACILITADOR NAS OFICINAS DO CENTROS DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)

O que abordaremos a seguir está relacionado à formação deste facilitador especificamente o professor de Educação Física, que na sua formação busca uma preocupação em relação a sua atuação junto às crianças e os adolescentes da instituição CRAS.

Os pressupostos teóricos têm como finalidade nortear as relações entre facilitador e os aprendizes, com a finalidade de desenvolver um trabalho que venha a potencializar as qualidades dos educandos, favorecendo a interação social na busca de sua identidade.

3.1 FACILITADORES E SUA FORMAÇÃO

Em se tratando do facilitador com uma formação em Educação Física ele tem que se considerar como um agente transformador em potencial isto porque os adolescentes e as crianças criam uma expectativa esperando pelas oficinas realizadas e cabe a ele reconhecer essa motivação buscando um caminho que traga a possibilidade de um novo aprendizado. (BARROS, 2002)

De acordo com Morales (2000), o trabalho do facilitador não se restringe somente às expressões relações-humanas é muito mais, envolve de forma globalizada o processo ensino-aprendizagem, que é desenvolvido no contexto histórico dos educandos onde ocorrem as oficinas.

Este facilitador deve ter uma formação necessária que venha tornar um trabalho atrativo o que depende muito da sua formação inicial, a sua participação no meio social, com programas que venham a trazer experiências para esse facilitador como formação continuada e também os entraves que ele encontra em sua atuação no dia-dia. (BARROS 2002)

Portanto no momento em que ele cursa a universidade, naturalmente deve ter contato com a realidade em outros campos de atuação para amenizar o impacto de quando for exercer a docência em virtude de ter vivenciado algumas situações.

É indispensável que haja durante o curso estágios obrigatórios nas instituições educacionais, pois promovem para o estagiário novas habilidades enfatizando novas pesquisas dependendo da situação que se apresenta, buscando com isso realizar projetos que tragam conhecimentos básicos para uma prática inclusiva. (Freitas, 2006)

O estagio é o eixo central nos cursos de formação de professores e apresentam os aspectos indispensáveis à construção do ser profissional docente no que se refere à construção da identidade, dos saberes e das posturas necessárias. (PIMENTA e LIMA 2004, p.29)

Entendemos que o facilitador que se forma na área de Educação Física ao realizar o estagio encontra situações em escolas públicas em que os estudantes são oriundos de classes menos favorecidas, bem como pertencentes a famílias em estado de vulnerabilidade social, com baixo poder aquisitivo, com grande grau de violência, que se assemelham com a história das crianças e adolescentes que frequentam o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS).

Conforme Freitas (2006), esse facilitador que está em formação deve enfrentar as mudanças com atitudes abertas e sempre fazendo um **feedback** crítico sobre seu trabalho, só assim estará revendo novos caminhos, buscando soluções, melhorando a qualidade do ensino e revendo sempre as novas situações.

O autor acima citado descreve que sempre que se fala em inovação tem que se pensar em mudança na questão pedagógica e na ação do facilitador, com a possibilidade de ele poder analisar as situações, identificar os problemas e propor soluções apontando novos caminhos.

Freitas (2006) aponta que toda ação docente tem uma característica multidimensional por mostrar ao professor situações a serem resolvidas no dia a dia com seus aprendizes, também possibilita um novo **saber-fazer**, esse facilitador tem como função mediar o conhecimento para aqueles que estão sobre sua responsabilidade durante as oficinas.

Segundo Huberman (2000), para entender o que procedeu na formação dos professores de Educação Física, se faz necessário buscarmos autores que descrevem sobre a vida dos mesmos. O autor citado descreve fases em que

esses professores vivenciam durante a docência, o que acreditamos importante citá-las:

Fase de entrada ou tateamento, os primeiros anos de carreira docente (1º ao 3º ano), são os estágios da “sobrevivência” e de “descoberta”, sendo eles permeados pelo choque com o real e o entusiasmo inicial de se ter a primeira experiência com sua sala de aula, seus alunos e pelo seu programa, por se sentir parte de um determinado corpo profissional;

Fase de estabilização, o professor com 4 ou 6 anos de carreira, passa pela fase que ele começa a possuir um sentimento de crescimento de competência pedagógica crescente, ou seja, ele começa a se sentir pertencente ao corpo de professores tendo assim mais liberdade para o seu próprio pensar;

Fase de diversificação, do 7º ao 25º ano da carreira, nesta fase os professores são mais dinâmicos, motivados e empenhados a experimentar novas experiências pessoais, como buscar maneiras diferentes de se trabalhar o material didático, de avaliar e de agrupar os alunos;

Fase de serenidade, os professores de 45 e 55 anos de idade começam a lamentar do período de quando eram ativos, começam a diminuir suas ambições. Isso acontece durante o 25º ao 35º ano de carreira;

Fase de conservantismo, esta fase igualmente a anterior ocorre durante o 25º ao 35º ano de carreira, porém os professores estão com idade entre 50 e 60 anos e começam questionar negativamente a evolução dos alunos e colegas mais novos;

Fase do desinvestimento, resultante das fases de serenidade ou do conservantismo, os professores no seu 35º a 40º anos de carreira, reservam a maior parte do tempo para suas atividades pessoais e não mais aos interesses escolares, começa então um desinteresse em investir em planos pessoais e em ambições.

Diante das teorias apresentadas entendemos que demonstram um alerta para os profissionais no espaço de trabalho e no seu desenvolvimento durante a trajetória histórica da sua docência, portanto a importância de falarmos das relações sociais vinculadas a sua experiência nas ações que procedem no dia a dia.

3.2 A RELAÇÃO DO FACILITADOR COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O professor deve concentrar sua atenção não somente em ensinar, mas criar condições para que o aprendiz se sinta aceito nas suas ações diferenciadas sendo compreendido pelo profissional quando este busca fazer um diagnóstico da sua história e do seu contexto social, evitando rejeitá-lo. (Barros, 2002)

O papel do professor é explicar, responder, perguntar, informar, comunicar verbalmente por que segundo Galvão (2000) na visão de Wallon muitos professores cobram um tipo de disciplina em que o aluno deve ficar como se estivesse engessado, não tendo oportunidade de se expressar, faltando essa comunicação com certeza dificultará o seu processo de interação social.

Para Almeida (1999, p. 23) “O aprendiz que se sente aceito e merecedor da confiança do facilitador, manifesta entusiasmo e interesse na realização das atividades propostas pelo facilitador, tornando-se assim responsável diante dessas ações”.

Profissionais da educação têm o compromisso de ajudar o aprendiz no aprendizado, efetivando o seu êxito, sendo a qualidade da relação com o participante um fator determinante, e que deve estar interligada com a afetividade, pois seria impossível os dois construírem uma relação apenas no sentido profissional, uma vez que afetividade é indissociável do desenvolvimento humano.

Freire (1999), afirma que ensinar exige querer bem aos educandos e que a afetividade não está separada da cognoscividade. Desta forma, o facilitador deve entender que a educação não é só o conhecimento, envolve também o emocional da criança e do adolescente.

É importante estimular o aluno, mas também o facilitador deve sentir-se estimulado, construindo desta forma uma relação de confiança. “Ninguém media com credibilidade o que não sente”. (Morales, 2000, p. 82)

É importante que o aluno perceba que pode confiar no educador não só como um profissional que ensina, mas como alguém que sabe escutar e falar com ele.

De acordo com Tiba (1999) o bom professor se caracteriza pela habilidade de saber ouvir e aceitar, desta forma ele envolve o aluno em um relacionamento sincero e seguro, o aprendiz gosta de ser ouvido quando fala, expressando suas ideias e sentimentos.

Quando as atenções neste momento se voltam para as crianças e adolescentes, permite ao professor perceber a visão que o estudante tem da realidade, cabendo ao facilitador se apropriar de uma didática dialética que esteja em sintonia com a realidade do educando, pois conforme o autor acima citado, para que o aluno consiga entender e se apropriar dos conteúdos que o professor lhe ensina, é necessário que haja uma relação entre os conteúdos e a vida real do aluno.

Conforme Freire (1999), o saber ouvir, requer paciência para que se possa entender a realidade do outro; requer humildade para permitir-se aprender sem impor suas verdades como únicas, saber ouvir é também oportunizar o diálogo, a interação entre as pessoas, saber ouvir é estar aberto a um relacionamento afetivo de respeito e aceitação.

3.3 A EDUCAÇÃO FÍSICA PROPORCIONANDO A INCLUSÃO SOCIAL

Para Barros (2007), a inclusão está ligada a todas as pessoas que não têm as mesmas oportunidades dentro da sociedade e também àqueles que não possuem condições financeiras dentro dos padrões impostos pela sociedade. Pode-se citar que os principais dos aspectos geradores de inclusão social são: idade; preconceito racial; deficiência; educação; origem geográfica; classe social, assim como a inserção do cidadão na sociedade por meio da educação e do trabalho.

Ao longo da história, na própria educação, a exclusão social era vista frequentemente. Sendo os esportes praticados apenas pela pequena parte da sociedade, sendo ela burguesa, aos miseráveis e pobres restava apenas o trabalho. (COLETIVO DE AUTORES, 2009)

Ainda conforme o autor acima, os professores que ministravam as aulas de ginástica eram instrutores militares, ou seja, nas aulas utilizavam métodos militares de um severo rigor, dando ênfase aos mais fortes e discriminando os mais fracos.

A Educação Social orienta-se à polivalência de modo a amenizar os problemas, contribuir com a evolução e a melhoria na sociedade. Sendo assim, o Educador Social intervém nas mais diversas faixas etárias com crianças, jovens, adultos idosos e nos mais diferentes contextos sociais, culturais, educativos e econômicos. Uma polivalência interventiva que favorece a Inclusão Social. (PIGATTO, 2012)

Conforme os autores acima, as escolas no passado vinham a ter um pensamento exclusivista, nas quais prevaleciam os mais fortes e com melhores habilidades e capacidades motoras, o que para Pigatto (2008) não é um modelo de escola da qual precisamos nos dias atuais.

Na escola, "pressupõe, conceitualmente, que todos, sem exceção, devem participar da vida acadêmica, em escolas ditas comuns e nas classes ditas regulares onde deve ser desenvolvido o trabalho pedagógico que sirva a todos, indiscriminadamente" (Edler Carvalho, 1998, p.170)

A Educação Física como matéria na grade curricular tem por si só um atrativo mútuo da grande maioria dos educandos, pois é encarada por muitos como fonte de prazer e alegria. A partir dessa identificação das crianças e jovens com a disciplina, torna-se mais fácil a aproximação e consequente inclusão dessa criança ou jovem, levando em conta a relevância social dos conteúdos.

A Educação Física contribui para o desenvolvimento da criança por trazer à tona aspectos como o lúdico, nele a individualidade de cada um se expressa, favorecendo um bom ambiente para a aprendizagem. Desenvolvem-se assim integralmente aspectos motores, afetivos, cognitivos e sociais, promovendo a inclusão na comunidade.

No CRAS, os profissionais que trabalham nas oficinas são chamados de facilitadores, pois, como o nome diz, facilitam a integração entre jovens, visando o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes, independentemente da disciplina que trabalhem, ou seja, esses profissionais buscam mais que aptidão física, condicionamento, etc. Mas sim um indivíduo mais social, autônomo, valorizando família e comunidade.

4. A POLITICA NACIONAL ASSISTÊNCIA SOCIAL

A trajetória histórica da assistência social no Brasil foi confundida com práticas de caridade, bondade, clientelismo, e favores. É, portanto, com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 05 de outubro de 1988 e posteriormente com a regulamentação da Lei Orgânica de Assistência Social em 07 de dezembro de 1993, que a assistência social passou a ser inscrita como política pública, direito do cidadão e dever do Estado, sendo resultante do conjunto de lutas dos diversos movimentos sociais.

Neste sentido, Campos (2010) destaca que a assistência social é marcada por dois elementos distintos, o primeiro seria “uma longa tradição que institui em nossa sociedade um modelo de assistência social de corte assistencialista, baseado na eventualidade de ações e, sobretudo, no descompromisso do Estado com a superação da pobreza” o segundo, o referido autor aponta a Constituição Federal de 1988 que “identifica a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado”

[...] a versão preliminar da Política Nacional de Assistência Social foi apresentada ao Conselho Nacional de Assistência Social em 23 de junho de 2004, pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome e Secretaria Nacional de Assistência Social tendo sido amplamente divulgada e discutida em todos os Estados brasileiros nos diversos encontros, seminários, reuniões, oficinas e palestras que garantiram o caráter democrático e descentralizado do debate envolvendo um grande contingente de pessoas em cada Estado deste país. Este processo culminou com um amplo debate na Reunião Descentralizada e Participativa do CNAS realizada entre os dias 20 e 22 de setembro de 2004, onde foi aprovada, por unanimidade, por aquele colegiado (BRASIL, PNAS, 2010, p. 07).

Segundo (BRASIL, PNAS, 2010, p. 07), após a política de assistência social ser definida em lei, muitas pessoas ainda enxergavam a assistência social como um favor, assistencialismo ou caridade, e não como uma política pública apoiada em lei. Alguns órgãos como o MDS/SNAS e o CNAS tem se dedicado para que o SUAS seja implantado, podendo integrar assim o governo federal com os estados, Distrito federal e Municípios fazendo assim uma ação conjunta tornando eficiente a assistência social.

A política da assistência social de acordo com o artigo primeiro da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) estabelece que

[...] a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Conforme citado acima, alguns órgãos queriam implantar o SUAS, que seria o Sistema Único de Assistência Social, sendo esse o que tentaremos elucidar no próximo sub-capítulo.

4.1 O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Política Nacional de Assistência Social constituiu-se em um avanço, no intuito de romper com a ideia do favor e inserir a população brasileira em situação de vulnerabilidade no campo da política pública, efetivando, portanto os direitos de cidadania.

No entanto, carecia uma diretriz que instrumentalizasse a efetivação da lei e da própria política, algo que dispusesse sobre o fazer das ações socioassistenciais.

Deste modo;

[...] nos dias 11, 12, 13, 14 e 15 de julho de 2005, o Conselho Nacional de Assistência Social em reunião ordinária, resolve então aprovar a Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOB/SUAS), que consagra os eixos estruturantes para realização do pacto a ser efetivado entre os três entes federados e as instâncias de articulação, pactuação e deliberação, visando a implementação e consolidação do SUAS no Brasil, sendo que nos dias 12, 13 e 14 de dezembro do ano subsequente, há a aprovação da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB/RH), com o objetivo de reestruturar e requalificar os servidores públicos para que saibam prestar com eficiência os serviços à comunidade (BRASIL, PNAS, 2010, p. 07).

O Sistema Único de Assistência Social, além de ordenar os serviços socioassistenciais, ainda compartilha e distribui responsabilidades à União, estados, Distrito Federal e municípios, para que estes instalem, regulem e mantenham as ações de assistência social.

De fato, o Sistema Único de Assistência Social

[...] não é um programa federal, isto é, uma nova linha de financiamento federal para alguma atividade ou ação de assistência social a ser desenvolvida pelos governos estaduais e municipais

diretamente, ou através de entidades sociais. O SUAS não é linha de financiamento de CRAS. Pela tradicional leitura da relação da instância municipal com a federal, é este o entendimento ainda presente para alguns gestores. O SUAS não é um programa, mas uma nova ordenação da gestão da assistência social como política pública (SPOSATI, 2006, p. 111).

Assim, constitui público usuário da política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, PNAS, 2010, p.27).

Logo, verifica-se que a pobreza não é condição para que o cidadão seja usuário da política de Assistência Social, mas a situação em que a pessoa se encontra, pois se assim o fosse, esta política não teria grande efetividade, já que seria contraditória uma política que se propõe a garantir a inclusão das pessoas na família e seu contexto social, e ao mesmo tempo estigmatiza e discrimina boa parte da população, ao selecionar apenas a pobreza como paradigma de prestação de serviço.

Além disso, constituem funções da assistência social, a proteção social, a vigilância socioassistencial, e a defesa dos direitos socioassistenciais, onde a primeira é hierarquizada entre proteção básica e especial que consiste no conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social, para redução e prevenção do impacto dos acontecimentos naturais e sociais ocorridos ao ciclo da vida, dignidade humana e à família, enquanto que a segunda consiste no desenvolvimento da capacidade e dos meios de gestão, assumidos pelo órgão público gestor da assistência social, para conhecer a presença das formas de vulnerabilidade social da população e do território pelo qual é responsável e a terceira na organização da rede socioassistencial (COLIN; FOWLER, 2007, p. 129).

A Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social disciplina a gestão pública da Política de Assistência Social no território brasileiro, exercida de modo sistêmico pelos entes federativos, em harmonia com a Constituição da República Federativa do Brasil, a Lei Orgânica de Assistência Social e as legislações complementares a ela aplicáveis. Seu conteúdo estabelece o caráter do Sistema Único de Assistência Social, funções da política pública de assistência social para extensão da proteção social brasileira, níveis de gestão do Sistema Único de Assistência Social, instâncias de articulação, pactuação e deliberação que compõem o processo democrático de gestão do Sistema Único de Assistência Social, financiamento e regras de transição (BRASIL, NOB-SUAS, 2011,p.13).

Quanto à Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social refere-se a um primeiro esforço na área da assistência social, com objetivo de apresentar os principais pontos da gestão pública do trabalho e propor mecanismos reguladores da relação entre gestores e trabalhadores e os prestadores de serviços socioassistenciais. (BRASIL, NOB-RH-SUAS, 2011, p. 15).

O trabalho destes operadores

[...] pode produzir resultados concretos nas condições materiais, sociais, políticas e culturais da vida de seus usuários; em seu acesso às políticas sociais, programas, serviços, recursos e bens; em seus comportamentos e valores; em seu modo de viver e de pensar, suas formas de luta e organização e em suas práticas de resistências (YAZBEK, 2010).

Portanto, a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social, e a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos, foram primordiais para a oferta de serviços de qualidade para a população em situação de vulnerabilidade, concretizando assim os princípios e objetivos do Sistema Único de Assistência Social.

4.2 A TIPIFICAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS

A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais é um documento que organiza os serviços socioassistenciais por níveis de

complexidade do Sistema Único de Assistência Social, tais níveis estão divididos em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.

Os Serviços de Proteção Social Básica são o Serviço de Proteção Integral à Família, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e o Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas (BRASIL, TIPIFICAÇÃO NACIONAL, 2009, p. 5).

Estes serviços possuem o objetivo de reduzir e prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade social e riscos sociais, bem como melhorar a qualidade de vida das famílias residentes nas áreas de abrangência do Centro de Referência de Assistência Social.

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) consiste no

[...] trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. (BRASIL, 2009, p. 31)

O serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos consiste no

[...] serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Trata-se de uma forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social. (BRASIL, 2009, p. 34)

Já o Serviço de Proteção Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas têm como objetivo

[...] a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários. Visa a garantia de direitos,

o desenvolvimento de mecanismos para a inclusão social, a equiparação de oportunidades e a participação e o desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência e pessoas idosas, a partir de suas necessidades e potencialidades individuais e sociais, prevenindo situações de risco, a exclusão e o isolamento. (BRASIL, 2009)

Como descrito anteriormente além dos Serviços de Proteção Básica existem também os Serviços Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, porém não iremos nos aprofundar nesses outros serviços, pois o foco desta pesquisa se baseia no CRAS que faz parte do primeiro nível de serviços do Sistema Social.

No próximo sub-capítulo faremos uma breve descrição dos objetivos do Centro De Referência da Assistência Social explicando qual seu papel na comunidade, quais integrantes de sua equipe, dinâmica de atividades, seu público alvo e sua localidade.

4.3 O CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – (CRAS) COMO ESPAÇO DE FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS.

O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) possui um território de abrangência sempre instalado em locais com alta vulnerabilidade social tendo como objetivo executar serviços de proteção social básica, organizar e coordenar a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social. (BRASIL, PNAS, 2010)

Ainda conforme o documento acima citado, o público alvo do CRAS são famílias e indivíduos em contexto de vulnerabilidade social, sendo o CRAS assim responsável pela orientação do convívio sócio-familiar e comunitário.

No trabalho com as famílias deve ser desconsiderado o modelo tradicionalmente conhecido como família nuclear e começar a perceber os novos arranjos familiares, e partindo de um pressuposto que são funções básicas das famílias: prover a proteção e a socialização dos seus membros; constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado. (BRASIL, PNAS, 2010)

Para que esse trabalho aconteça, o CRAS segundo CNAS (2011) “deve possuir uma equipe técnica mínima contendo uma Assistente Social e uma Psicóloga.” Junto a esses profissionais que compõem a equipe técnica estão também profissionais com conhecimento em diversas áreas formando assim uma equipe multiprofissional, sendo estes profissionais escolhidos conforme a demanda que o território necessite, conforme estabelece o parágrafo primeiro do art. 2 da Resolução 17/2011 do Conselho Nacional Assistência Social.

§1º Essas categorias profissionais de nível superior poderão integrar as equipes de referência considerando a necessidade de estruturação e composição, a partir das especificidades e particularidades locais e regionais, do território e das necessidades dos usuários, com a finalidade de aprimorar e qualificar os serviços socioassistenciais. (CNAS, 2011)

Nesta equipe existem os **facilitadores**, que são responsáveis por ministrar as **oficinas** de convívio realizadas no CRAS, sendo também responsáveis pela organização e realização de eventos. Estes profissionais necessitam ter o nível médio, e ambos devem promover o acesso a atividades esportivas, culturais, artísticas e de lazer, orientando-se nos objetivos do Serviço, todos os facilitadores devem participar das capacitações da equipe de trabalho.

§3º São categorias profissionais de nível superior que, preferencialmente, poderão atender as especificidades dos serviços socioassistenciais: Antropólogo; Economista Doméstico; Pedagogo; Sociólogo; Terapeuta ocupacional; e Musico terapeuta.(CNAS 2011, p.3)

As oficinas que o CRAS oferece são escolhidas devido às especificidades de cada local em que o CRAS está inserido e dos profissionais que estão disponíveis no mercado de trabalho sendo que as oficinas oferecidas nos CRAS do Município de Criciúma são: Oficina de artes, comunicação, esporte e lazer, brinquedos e brincadeiras, vivências, canto, literatura, música, capoeira, danças urbanas, informática e grafite.

Cada CRAS possui uma dinâmica de oficinas diferente, sendo que o Município de Criciúma possui atualmente 6 CRAS, sendo a dinâmica das oficinas uma particularidade de cada localidade.

Em algumas, todas as crianças e adolescentes participam de todas as oficinas, em outras, as oficinas são realizadas a partir do processo de escolha pela afinidade dos participantes. Há unidades de CRAS

que conseguem ofertar essas duas possibilidades, sendo que algumas oficinas são oferecidas a todas as crianças e adolescentes e outras são realizadas por afinidade. Em todas as situações, leva-se em consideração a idade dos participantes e a metodologia que se utiliza com cada uma delas, conforme orienta o Serviço. (SOUZA; DIAS; ZANETTE, 2011).

Após elucidarmos de uma maneira breve o que é uma unidade de CRAS, qual seu papel para com seu público alvo, qual é a equipe técnica mínima e a equipe de profissionais que atuam na mesma e como funcionam as dinâmicas de atividades realizadas passaremos para os procedimentos metodológicos.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo possui como função demonstrar a caracterização da pesquisa, os sujeitos participantes, instrumentos utilizados, procedimentos de coleta de dados e o procedimento de análise das informações.

5.1 Caracterização da pesquisa

Este trabalho tratou-se de uma pesquisa descritiva com uma abordagem qualitativa que teve como foco a descrição de características de uma determinada população ou fenômeno. (GIL, 1994)

5.2 Sujeitos pesquisados

Fez parte desta pesquisa quatro (4) facilitadores sendo um deles formado em Educação Física com habilitação em licenciatura e bacharelado, outro formado em Educação Física licenciatura e cursando a complementação em bacharelado, os dois últimos ainda não concluíram a graduação, porém cursam Educação Física Licenciatura. Destes quatro (4) dois são estagiários e dois são contratados, tendo uma carga horária de 40 e 20 horas. Os sujeitos possuem uma idade que varia de 23 a 45 anos.

Esses trabalhadores atuam nas instituições de CRAS existentes em Criciúma, sendo eles, CRAS Vila Miguel, Cristo Redentor, Renascer, Santa Luzia, Próspera (Casa da Criança) e Tereza Cristina.

A escolha dos sujeitos da pesquisa ocorreu devido ao tempo em que o pesquisador trabalhou instituição CRAS Cristo Redentor, se sentindo curioso em querer fazer um trabalho voltado à formação dos facilitadores que atuam nas oficinas de esporte e lazer no CRAS.

É necessário esclarecer que os sujeitos pesquisados são identificados na análise dos dados através de letras do alfabeto. Entende-se que tratou-se de uma amostra simples intencional.

5.3 Instrumentos

Como instrumento de coleta de informações, foi utilizado um questionário com perguntas abertas conforme (Apêndice A), construído a partir

dos objetivos do estudo. Nesta pratica, os sujeitos tem liberdade de responder as perguntas feitas pelo pesquisador, dando esclarecimentos naquilo em que ele foi questionado. (LAKATOS; MARCONI, 1995. p. 50)

Segundo os mesmos autores, o questionário com perguntas abertas é aquele em que o questionador definiu as perguntas a serem respondidas que serão feitas com pessoas selecionadas de acordo com o projeto de pesquisa.

5.4 Procedimentos de coleta dos dados

O primeiro contato com os professores ocorreu por telefone, primeiramente fiz uma ligação para todos perguntando se eles gostariam de participar de uma pesquisa na qual teriam que responder um questionário. Expliquei a todos os objetivos do trabalho e aproveitei este momento para marcar a data da entrega do questionário. Sendo que de cinco facilitadores que ministravam as oficinas, de esporte e lazer apenas quatro se prontificaram a responder o questionário e me entregar na data que foi acordado, neste momento foi entregue o termo de consentimento de participação da pesquisa.

Após uma semana da entrega dos questionários para que respondessem, fui até as instituições buscar os dados fornecidos.

5.5 Procedimentos de análise das informações

A partir dos dados coletados buscaram-se os indicadores das respostas que buscassem responder o problema e os objetivos traçados.

Estes dados foram estudados analisando o discurso dos questionados para poder discutir junto ao referencial teórico uma realidade a priori.

6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.

O objetivo deste capítulo é analisar e refletir os dados coletados junto aos questionados, para tanto as respostas trazem um discurso que na sua essência demonstra a prática dos facilitadores junto aos frequentadores do CRAS.

Como se trata de um trabalho social que se preocupa em incluir essas crianças e adolescentes no meio social, a formação dos facilitadores é de grande importância na sua atuação como educador.

A partir do quadro com os dados coletados conforme (Apêndice A) podemos construir três categorias, que serão uma leitura aproximada da realidade de quem hoje facilita a educação no CRAS.

Vejamos a seguir as categorias selecionadas.

6.1 CATEGORIA A: A formação necessária dos facilitadores para possibilitar a inclusão das crianças e adolescentes no meio social.

Como vimos anteriormente, a formação do facilitador segundo Barros (2002), deve vir a tornar o trabalho do facilitador atrativo, sendo que essa capacitação não se dá somente com a formação, mas também com a relação com o meio social, com programas que venham a trazer experiências para esse facilitador como formação continuada e também entraves que ele encontra em sua atuação no dia a dia.

Portanto, a formação deve dar subsídios para que o professor ou facilitador quando formado possa atuar sem temor em ambas as áreas, seja ela escolar ou social.

Tendo visto isso, vimos que as respostas dos facilitadores **B** e **C**, se assemelham quando estes relatam que a formação é importante, porém não lhes deu subsídios suficientes para atuarem no meio social.

Facilitador B *“A importância em uma formação é ter capacitação em uma área de trabalho, onde se pode desenvolver um trabalho com uma base sólida. Porém a formação acadêmica não me capacitou para o trabalho social.”*
(Questão número 7)

Facilitador C *“Conhecimento melhor didático. Sendo que a faculdade onde eu me formei não forneceu conteúdos base para atuação na área social. Sendo que os professores que atuam nesta área são chamados de facilitadores e os participantes são chamados de usuários.” (Questão número 7)*

O estágio é o eixo central nos cursos de formação de professores e apresentam os aspectos indispensáveis à construção do ser profissional docente no que se refere à construção da identidade, dos saberes e das posturas necessárias. (PIMENTA e LIMA 2004, p. 29)

Sendo assim, vimos que a grade curricular do curso de Educação Física Licenciatura contém estágios em ambas as áreas, porém não está colocado nenhum tipo de estágio na área social em específico, o que pode ser o causador de tamanha estranheza para com a atuação nas entidades sociais.

Confirmando-se essa análise na fala do **Facilitador B** *“Conhecimento na área educacional e social”* (Questão 1).

E também na fala do **Facilitador D** *“O conhecimento sobre os assuntos que são trabalhados é fundamental, mas é preciso muito mais que isso para se trabalhar com eles, pois lidamos com casos e situações que aprendemos a lidar apenas no dia-dia, ou com alguma experiência de vida”*(Questão 1)

A formação do facilitador como falado anteriormente deve trazer subsídios para que este consiga incluir as crianças e adolescentes no meio social, retomamos ao anteriormente citado, onde a inclusão segundo Barros (2007), está ligada a todas as pessoas que não têm as mesmas oportunidades dentro da sociedade e também aqueles que não possuem condições financeiras dentro dos padrões impostos pela sociedade. Pode-se citar que os principais aspectos geradores de inclusão social são: idade; preconceito racial; deficiência; educação; origem geográfica; classe social, assim como a inserção do cidadão na sociedade por meio da educação e do trabalho.

O que se encaixa perfeitamente no público alvo da instituição CRAS, pois este se localiza em territórios de alta vulnerabilidade social onde os riscos violação de direitos socioassistenciais são maiores e o trabalho do profissional de Educação Física é facilitar a inclusão dessas crianças e adolescentes.

Perguntamos então qual era o conceito de inclusão para os facilitadores questionados, vejamos o que os Facilitadores **A** e **B** responderam:

Facilitador A: *“Direito de participação, onde o profissional tem que ter uma atenção voltada para as atividades que serão desenvolvidas nas oficinas, de modo com que todos participem e se integrem entre si.”* (Questão 6).

Facilitador B: *“Igualdade social”*(Questão 6)

Observamos que em suas respostas eles apontam igualdade social, portanto destacamos Pigatto (2008) quando ela descreve que, a “[...] educação deve ser acessível a todos independente das dificuldades e potencialidades apresentadas na escola e na sociedade”

[...] a inclusão concentra-se na busca pelo acesso a quatro utopias básicas: autonomia de renda (capacidade do indivíduo de suprir suas necessidades vitais, culturais e sociais), desenvolvimento humano (condição dos indivíduos em sociedade desenvolverem suas capacidades intelectuais e biológicas de forma a atingir o maior grau de capacidade humana possível), equidade (garantia de igualdade de direitos e oportunidades respeitando a diversidade humana) e qualidade de vida (a democratização dos acessos às condições de preservação do homem, da natureza e do meio ambiente e a redução da degradação ambiental). (SPOSATI, 1996)

Sabemos que a realidade dos bairros onde o CRAS normalmente se encontra, são áreas de risco social elevado, ou seja, as pessoas residentes destes bairros, normalmente sofrem preconceitos, como por exemplo, na hora de pegar um emprego ou aqueles olhares de quando a pessoa diz em uma loja de que é do bairro Renascer, por exemplo. Sendo assim percebemos na fala do **Facilitador C:** *“Incluir as crianças e adolescentes com alguma forma de preconceito e discriminação dentro da sociedade”* (Questão 6). Que existe a preocupação dos facilitadores em incluir essas pessoas na sociedade sem este tipo de preconceito, utilizando-se da Educação Física para promover esta inclusão e quebrar esse paradigma.

Após analisarmos o discurso dos questionados para a **Categoria A**, discutiremos os dados que foram coletados para subsidiar a próxima categoria.

6.2 CATEGORIA B: A importância da relação afetiva entre facilitador e as crianças e adolescentes do CRAS.

Como vimos no referencial teórico, o facilitador deve manter uma relação afetiva boa com as crianças e adolescentes, pois segundo Almeida

(1999), o sujeito se mostra entusiasmado para aprender quando se sente merecedor da confiança do facilitador, melhorando assim seu aprendizado e sua participação nas atividades propostas pelo mesmo.

Freire (1999), também afirma que o ato de ensinar ou facilitar no caso do CRAS, exige um querer bem ao educando ou usuário, sendo que a afetividade não se separa da cognoscividade. Sendo assim, o facilitador deve entender que a educação não é só o conhecimento, envolve também o emocional da criança e do adolescente.

Percebemos em todas as respostas dos facilitadores quando perguntamos sobre a importância da relação entre facilitador-criança-adolescente, que existe uma grande importância na relação afetiva entre ambos, conforme a relação afetiva vai bem, o trabalho também irá. Quando essa relação não está em sintonia, o trabalho também não fluirá, destacando-se as respostas dos facilitadores **A** e **D**, vejamos o que eles descreveram.

Facilitador A: *“O principal objetivo de um profissional do CRAS, não é apenas realizar suas oficinas, mas sim conquistar as crianças e adolescentes, para que ele se sinta com total liberdade para conversar e vivenciar as atividades nas oficinas, fora delas e também nas ruas. A ponto de conquistara confiança para ouvi-los e aconselhá-los se possível.”*(Questão 5).

Facilitador D: *“A relação é sempre de bastante amizade, pois na maioria das vezes precisam muito mais de um carinho, um conselho ou até mesmo de uma bronca do que um simples relacionamento de facilitador.”* (Questão 5).

Conseguimos perceber então que nestas respostas os facilitadores estão de acordo com os pensamentos de Tiba (1999), pois segundo ele o bom professor se caracteriza pela habilidade de saber ouvir e aceitar, desta forma ele envolve o aluno em um relacionamento sincero e seguro, o aprendiz gosta de ser ouvido quando fala, expressando suas idéias e sentimentos.

Vejamos então o que o **Facilitador B** responde:

“Os conteúdos são vários, mas os objetivos principais são criar vínculos entre eles, vínculos com os facilitadores e com a sociedade e a emancipação do jovem” (Questão 2),

Esta resposta deixa claro que o objetivo principal do facilitador na oficina de esporte e lazer é criar vínculos com essa criança ou adolescente,

fazendo com que este usuário permaneça no programa até estar em condições de conviver no meio social agregado com novos valores constituídos na instituição CRAS.

O mesmo facilitador (B) na **questão 5** ele afirma quando responde a pergunta: Qual a relação afetiva entre facilitadores-crianças-adolescentes?

“Uma relação não de professor e sim de uma pessoa que pode proporcionar novas possibilidades de enxergar o mundo de uma nova perspectiva de vida.”

Este pensar do questionado legitima a importância dada ao vínculo entre o facilitador e os usuários, sendo esse o objetivo principal do facilitador.

A concepção de Barros (2002), nos remete a visão do que é ser um professor, sendo que este deve concentrar sua atenção em ensinar, mas não somente ensinar e sim criar condições para que o aprendiz se sinta aceito nas suas ações diferenciadas, sendo compreendido pelo profissional quando este busca fazer um diagnóstico da sua história e do seu contexto social, evitando rejeitá-lo

Elencamos também nesta análise dados do **Facilitador C**, vejamos:

“Relação entre os professores e crianças e adolescente é de referência, espelho. A relação é ótima” (Questão 5)

Como pesquisador, não houve maior subsídio para entender o que seria esta ótima relação, porque para analisar teríamos que saber que forma de relação é mantida durante as atividades ministradas por este facilitador. O que se entende que o questionamento poderia ter sido mais amplo.

Apenas a resposta de um facilitador nos remete a um empecilho na atuação dele, conforme respondido na questão nove. Qual o tempo disponível para desenvolver as oficinas de esporte e lazer com as crianças e adolescente?

Facilitador D: *“Com os adolescentes é apenas uma tarde por semana, o que dificulta muito em trabalhar algo. Com as crianças é praticamente todos os dias, aproximadamente umas duas horas de oficina”* (Questão 9).

Percebendo que como esse facilitador trabalha apenas uma vez por semana com esses adolescentes, é muito difícil de criar-se um vínculo, que

conforme citado anteriormente, é o principal objetivo do facilitador na entidade CRAS.

Tendo assim discutido os dados da segunda categoria passamos então para a discussão dos dados da terceira categoria.

6.2 CATEGORIA C: As tendências pedagógicas, o planejamento e o processo de avaliação dos Facilitadores.

Esta categoria busca esclarecer quais as tendências pedagógicas que os facilitadores do CRAS desenvolvem nos trabalhos realizados. Como o pesquisador já desenvolveu um trabalho em uma das instituições do CRAS, ficou evidente o conhecimento que ele teve com outros facilitadores, sabendo que todos que lá atuam são estagiários da área da Educação Física ou formados neste mesmo curso. Portanto o questionamento feito, com os sujeitos foi saber quais as tendências pedagógicas que esses facilitadores desenvolvem nas oficinas de esporte e lazer.

Quando o questionamos sobre as tendências abordadas nesta instituição, vejamos quais as respostas que obtemos:

Facilitador A: *“As tendências utilizadas são “Crítica-Emancipatória em momentos de conversa e explicação de atividade deixando as oficinas em aberto para discussões e variações da atividade. Crítica-Superadora incentivando as crianças e adolescentes a superar seus limites e conseguirem realizar as atividades fazendo assim uma vivência de sucesso.” (Questão 4).*

Facilitador D: *“Tanto a crítico emancipatório quanto a superadora são utilizadas nas oficinas.” (Questão 4).*

Utilizando as tendências críticas, eles conseguem alcançar os objetivos de inclusão e superação, pois são nas tendências críticas que encontramos tais subsídios.

Como vimos segundo Coletivo de Autores (1992), a Crítico-Superadora se baseia em três elementos fundamentais sendo eles o Diagnóstico, a Judicativa e o elemento Teleológico², que fundamentam e dão

² Voltar a página 9 para rever o conceito de Diagnóstico, Judicativa e elemento Teleológico.

base para que as crianças superem seus conhecimentos e se tornem cidadãos emancipados.

Assim também na Crítico-Emancipatória vemos que segundo Kunz (1994), ela se baseia em três competências, sendo elas Objetiva, Social e Comunicativa.

Na competência social os conhecimentos e esclarecimentos que o aluno deve adquirir passam por entender as relações socioculturais do contexto em que vive, dos problemas e contradições dessas relações, os diferentes papéis que os indivíduos assumem numa sociedade, no esporte, e como esses se estabelecem para atender diferentes expectativas sociais. (Kunz 1994)

A competência comunicativa deverá oportunizar ao aluno, por meio da linguagem, entender criticamente o fenômeno esportivo, como o próprio mundo, “com a consciência da codificação cultural e da produção ideológica envolvida nas várias dimensões da vida social”. Isso significa que o ensino na concepção crítico-emancipatória com ênfase na linguagem, é ensinar o aluno a ler, interpretar e criticar o fenômeno sociocultural do esporte. (Kunz 1994)

Já para a competência objetiva o aluno precisa receber conhecimentos e informações, precisa treinar destrezas e técnicas racionais e eficientes, precisa aprender certas estratégias para o agir prático, de forma competente. (KUNZ, 1994).

Como vimos, as tendências pedagógicas trabalhadas pelos facilitadores vêm ao encontro dos objetivos principais do CRAS, que são criar vínculos para assim poder facilitar sua emancipação mantendo-o na instituição até que tal objetivo se cumpra.

Encontramos também um facilitador em que a resposta difere dos demais sendo ele o **Facilitador B**: *“Não sei se trabalho com base em alguma tendência pedagógica, pois o desenvolvimento de cada oficina é diferente de um trabalho feito no âmbito escolar.”* (Questão 4)

Para esclarecer essa resposta, vamos encontrar conteúdos respondidos sobre o planejamento dos facilitadores.

Quanto ao planejamento confirmamos os pressupostos anteriores no referencial teórico, onde cada instituição de CRAS planeja de uma maneira particular a cada realidade ali encontrada.

Percebemos isso nas respostas dos questionados. Vimos que para o **Facilitador A** “*O planejamento é desenvolvido após a realização de um diagnóstico sobre as preferências esportivas e as maneiras com que serão trabalhadas, seu nível de conhecimento do esporte em si, ou a nível de variar a forma de prática, para adaptação ao local onde está situado o CRAS*” (Questão 3).

Também vimos uma semelhança na resposta do **Facilitador B**: “*Um planejamento de acordo com a proposta abordada pelo CRAS é através das possibilidades de trabalho de cada núcleo CRAS.*” (Questão 3). Pois os questionados acima referenciados respondem que o planejamento deve se adequar a realidade de cada CRAS.

Alguns facilitadores relataram também que devem entregar um relatório mensal para os coordenadores de CRAS como forma de avaliar o serviço que está sendo oferecido aos usuários. Para o **Facilitador C**: “*É realizado inicialmente um planejamento anual, e mensalmente é feito uma parada para revisão e entrega de relatório mensal.*” (Questão 3).

Essa avaliação é uma forma para que as coordenadoras de CRAS avaliem os processos pedagógicos e como estão funcionando as oficinas, porém existe uma avaliação também da parte dos facilitadores, onde segundo o **Facilitador B**: “*A avaliação se dá através do desenvolvimento do jovem durante as oficinas. Os valores desenvolvidos são criar vínculos, participação, integração e colaboração.*” (Questão 8).

Percebemos que a avaliação é de uma forma mais humana onde se vê a evolução do comportamento do jovem para com os outros usuários ou com a própria sociedade na sua maneira de ver a sociedade e agir diante dela.

Confirmando isso a resposta do **Facilitador D**: “*A avaliação é feita pelo comportamento e desenvolvimento que eles alcançam ao passar do tempo. Os valores mais trabalhados é de respeito e de conscientização com algumas causas.*” (Questão 8)

[...] esse facilitador que está em formação deve enfrentar as mudanças com atitudes abertas e sempre fazendo um feedback crítico sobre seu trabalho, só assim estará revendo novos caminhos, buscando soluções, melhorando a qualidade do ensino revendo sempre as novas situações. (Freitas, 2006)

O que Freitas nos aponta é que durante a prática estes facilitadores devem sempre estar revendo se os objetivos traçados foram alcançados. Nas falas acima citadas entende-se que a Educação Física tem uma função de educar através de suas atividades vivenciadas buscando um contexto de onde as crianças e adolescentes vivem, qual sua história e qual caminho que referência uma educação que proporcione oportunidades de incluir esses estudantes no meio social.

7 CONCLUSÃO

Ao realizar esta pesquisa foi possível analisar qual o conhecimento necessário para os facilitadores das oficinas de esporte e lazer enfrentarem os desafios e conseguirem incluir as crianças e adolescentes no meio social.

A pesquisa demonstrou que a formação acadêmica é de suma importância, pois ela proporciona uma forte base teórica em termos de conteúdos relacionados à Educação Física e as dinâmicas escolares, porém que esta mesma formação não oferece subsídios para a atuação no meio social.

Percebemos isso claramente nessa fala do **Facilitador B** na questão sete. Qual a importância da formação acadêmica na área da Educação Física para atuar no Centro de Referência da Assistência Social?

“A importância em uma formação é ter capacitação em uma área de trabalho, onde se pode desenvolver um trabalho com uma base sólida. Porém a formação acadêmica não me capacitou para o trabalho social.”

Com isso percebemos que a grade do curso de Educação Física apesar de estar formulada com excelência, faltam ainda matérias referentes as instituições sociais e principalmente um estagio em alguma entidade social, onde poderíamos assim quebrar esse impacto que os profissionais de Educação Física tem quando se tornam facilitadores em uma entidade de CRAS, por exemplo.

Vimos que este facilitador do CRAS deve manter um vínculo afetivo muito forte com os usuários, sendo esse seu objetivo principal, o de criar vínculos e facilitar o fortalecimento destes vínculos do usuário para com a sociedade.

O conceito de inclusão social apresentado por todos os facilitadores condiz com os objetivos da entidade, sendo a resposta que mais chamou a atenção do pesquisador foi o relato do **Facilitador D** na questão seis: Qual o conceito que você tem sobre inclusão?

“Que apesar das diferenças existirem todos tem o direito de serem tratados com os mesmos valores”

Percebemos nesta resposta que apesar das crianças e adolescentes usuárias do Serviço de Proteção Básica do SUAS terem uma probabilidade grande de terem seus direitos violados e sofrerem preconceitos sociais, raciais, dentre outros, todos devem ter as mesmas oportunidades de terem uma vida digna com todos seus direitos socioassistenciais garantidos.

Referente à relação afetiva percebemos que esta entre facilitadores adolescentes e crianças pode ser vista como boa segundo relatado pelos facilitadores nas respostas obtidas através do questionário, destacando-se a resposta do **facilitador D** na questão cinco: Qual a relação afetiva entre facilitadores-crianças-adolescentes?

“A relação é sempre de bastante amizade, pois na maioria das vezes precisam muito mais de um carinho, um conselho ou até mesmo de uma bronca do que um simples relacionamento de facilitador.”

Em relação à atuação dos facilitadores entendemos que todos planejam suas atividades seguindo os cadernos metodológicos da entidade, sendo que as dinâmicas de oficinas variam de CRAS para CRAS, o que dificulta a atuação em alguns CRAS, pois segundo relatos de um facilitador, este só ministra oficinas de esporte e lazer para os adolescentes em uma tarde por semana, dificultando sua obtenção de vínculos com os adolescentes e seu trabalho para com os mesmos.

Todos os facilitadores relataram utilizar as tendências críticas em suas oficinas, segundo relatos dos questionários aplicados para com os mesmos. Também foram respostas dos facilitadores que estes têm que entregar relatórios mensais para as coordenações.

Visto isso, propomos algumas alterações na grade curricular do Curso de Educação Física Licenciatura, sendo colocadas matérias referentes aos órgãos da assistência social, pois estes facilitariam o ingresso de profissionais nesta área.

Também vimos que em alguns CRAS a dinâmica das oficinas de esporte e lazer deve ser revistas, para que assim facilite que o objetivo do facilitador seja alcançado, a criação de vínculos para que possa haver a inclusão social.

Devido ao tempo desta pesquisa ser pouco elástico, esta pesquisa poderia ser mais aprofundada, porém o pesquisador pretende dar continuidade em um trabalho de formação continuada.

8 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Rita Silva. **A emoção na sala de aula**. São Paulo: Papirus, 1999.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional da Assistência Social. Brasília: MDS, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/ Secretaria Nacional de Assistência Social. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOB-RH/SUAS. Brasília: MDS, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/ Secretaria Nacional de Assistência Social. Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS. Brasília: MDS, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/ Conselho Nacional da Assistência Social. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional dos Serviços socioassistenciais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 de novembro de 2009.

BARROS, Cecília Silva Guimarães. **Pontos da Psicologia Escolar**. São Paulo: Ática, 2002

BRACHT, V. A constituição das teorias pedagógicas de educação física. *Caderno Cedes*, v.19, n. 48, agosto de 1999, Campinas (SP)

BRACHT, Valter. *Educação física e aprendizagem social*. 2. ed. Porto Alegre: Magister, 1997

CAMPOS, Edval Bernardino. A democratização da Política de Assistência Social. Disponível em:
<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/983>. Acesso em 25 out. 2012.

CASTELLANI, Lino Filho. *Educação Física no Brasil a História que não se Conta*. Campinas: Papirus. 1991

COLETIVO DE AUTORES. *Metodologia do Ensino de Educação Física*. São Paulo: Cortez, 1992.

COLIN, Denise Arruda; FOWLER, Marcos Bittencourt, Entidades de assistência

social e correlatas: reconstruindo conceitos e compromissos. In: BATTINI, Odária (Org). SUAS: Sistema único de Assistência Social em debate. São Paulo: Veras Editora, 2007.

EDLER CARVALHO, R. Temas em Educação Especial. Rio de Janeiro: WVA Ed., 1998

FREITAS, Soraia Napoleão. **A Formação de Professores na Educação Inclusiva: Construindo a Base de Todo o Processo.** In: RODRIGUES, David (ORG). **Inclusão e Educação.** Cap7. São Paulo: Summus, 2006

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática de Liberdade.** 22ª Ed. Rio de Janeiro: Pae terra, 1999

GALVÃO, Isabel. **Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil.** Petrópolis: Vozes, 2000.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Socail.** 4ª edição. São Paulo. Ed. Atlas, 1994

KUNZ, Eleanor. **Transformação didático-pedagógica do esporte.** Ijuí: Unijuí, 1994.

_____. **Transformação didático-pedagógica do esporte.** 2.ed. Ijuí: Unijuí, 2000

HUBERMAN, M. **O ciclo profissional dos professores.** Ed. Porto: Porto Editora, 2000.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1995.

MITTLER, P. Educação Inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre, Artmed, 2008.

MORALES, Pedro. **A relação Professor Aluno.** 2ªed. São Paulo: Loyola, 2000.

PIGATTO, Lisete Maria Massulini. **A investigação da Prática Pedagógica com o Projeto Recreação e Cidadania na Escola Municipal de Ensino Fundamental Edy Maya Bertoia e o perfil do professor.** Disponível em ><http://www.monografias.com>> Acesso em 15 de novembro de 2012.

PIMENTA, Selma Garrido; Lima, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência.** São Paulo: Cortez, 2004

SPOSATI, A.A fluidez da inclusão/exclusão social. Ciência e Cultura, vol. 58, no.4., São Paulo, Out/Dec. 2006.

SOUZA, Ismael Francisco de; DIAS, Naiany Colombo; ZANETTE, TacianeMinotto. A relação entre o serviço de convivência e fortalecimento de

vínculos de 06 a 15 anos nos centros de referências de assistência social (CRAS) do município de Criciúma e a proteção aos direitos de crianças e adolescentes. Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Social de Políticas Públicas da SATC, 2012

TIBA, Içami. **Ensinar Aprendendo**. São Paulo. Gente, 1999.

YAZBEK, Maria Carmelita, O Serviço Social na área da Assistência Social. Disponível em http://www.proead.unit.br/professor/pos_gestaoSUAS/arquivos/textos/o%20servico%20social%20na%20area%20de%20assistencia%20social.pdf. Acesso em 11 de nov. 2012

APÊNDICES

APÊNDICE A – Quadro 1- apresentação dos dados coletados na pesquisa com os facilitadores

1. Qual o conhecimento necessário para se trabalhar com as crianças e adolescentes do CRAS?
A- O profissional do CRAS precisa ter a mente aberta para absorver conhecimento e transmitir conhecimento, pois é através do diagnóstico do local, público do CRAS e das predominâncias existentes entre o público alvo. B- Conhecimento na área educacional e social C- Ter o conhecimento mínimo do Estatuto da Criança e adolescentes, para garantir direitos dos mesmos. D- O conhecimento sobre os assuntos que são trabalhados é fundamental, mas é preciso muito mais que isso para se trabalhar com eles, pois lidamos com casos e situações que aprendemos a lidar apenas no dia-dia, ou com alguma experiência de vida
2. Quais conteúdo desenvolvidos nas oficinas de esporte e lazer?
A- Os conteúdos são dos mais simples como futebol até o mais complexo como as lutas, não com o foco só da prática, mas como alternativa da formação moral das crianças e adolescentes do CRAS. B- Os conteúdos são vários, mas os objetivos principais são criar vínculos entre eles, vínculos com os facilitadores e com a sociedade e a emancipação do jovem. C- Jogos de mesa, esportes, brincadeiras, todos os jogos com adaptações visando a cooperação, integração... etc. D- Os conteúdos variam conforme a faixa etária das crianças, temas diversificados envolvendo a saúde relacionada ao esporte ou a atividades físicas, ou apenas temas que valorizem ou alertam as pessoas a alguma situação.
3. Como ocorre o planejamento dessas atividades a serem desenvolvidas junto as crianças e adolescentes?
A- O planejamento é desenvolvido após a realização de um diagnóstico sobre as preferências esportivas e as maneiras com que serão trabalhadas, seu nível de conhecimento do esporte em si, ou a nível de variar a forma de prática, para adaptação ao local onde está situado o CRAS. B- Um planejamento de acordo com a proposta abordada pelo CRAS e através das possibilidades de trabalho de cada núcleo CRAS. C- É realizado inicialmente um planejamento anual, e mensalmente é feito uma parada para revisão e entrega de relatório mensal. D- O planejamento segue de acordo com o caderno metodológico ou com alguma coisa que o facilitador deseja trabalhar com eles, o mesmo é feito individualmente, sem a presença das crianças/adolescentes.
4. Que tendências pedagógicas são desenvolvidas durante as oficinas de esporte e lazer?
A- Crítica-Emancipatória em momentos de conversa e explicação de atividade deixando as oficinas em aberto para discussões e variações da atividade. Crítica-Superadora incentivando as crianças e adolescentes a superar seus limites e conseguirem realizar as atividades fazendo assim uma vivência de sucesso. B- Não sei se trabalho com base em alguma tendência pedagógica, pois o desenvolvimento de cada oficina é diferente de um trabalho feito no âmbito escolar. C- Crítico-Emancipatória e Crítico-Superadora D- Tanto a crítico emancipatório quanto a superadora são utilizadas nas oficinas.
5. Qual a relação afetiva entre facilitadores-crianças-adolescentes?
A- O principal objetivo de um profissional do CRAS, não é apenas realizar suas

oficinas, mas sim conquistar as crianças e adolescentes, para que ele se sinta com total liberdade para conversar e vivenciar com total liberdade tanto nas oficinas, como fora delas, nas ruas. A ponto de conquistar a confiança para ouvi-los e aconselhá-los se possível. B- Uma relação não de professor e sim de uma pessoa que pode proporcionar novas possibilidades de enxergar o mundo de uma nova perspectiva de vida. C- Relação entre os professores e crianças e adolescente é de referência, espelho. A relação é ótima. D- A relação é sempre de bastante amizade, pois na maioria das vezes precisam muito mais de um carinho, um conselho ou até mesmo de uma bronca do que um simples relacionamento de facilitador.
6. Qual o conceito que você tem sobre inclusão?
A- Direito de participação, onde o profissional tem que ter uma atenção voltada para as atividades que serão desenvolvidas nas oficinas, de modo com que todos participem e se integrem entre si. B- Igualdade social C- Incluir as crianças e adolescentes com alguma forma de preconceito e discriminação dentro da sociedade. D- Que apesar das diferenças existirem todos tem o direito de serem tratados com os mesmos valores.
7. Qual a importância da formação acadêmica na área da Educação Física para atuar no Centro de Referência da Assistência Social?
A- Importante a nível de conhecimento esportivo, entre os mais variados, onde o profissional deve amadurecer no sentido de observar o local, realizar um diagnóstico e se adaptar ao meio onde esta envolvido. B- A importância em uma formação é ter capacitação em uma área de trabalho, onde se pode desenvolver um trabalho com uma base sólida. Porém a formação acadêmica não me capacitou para o trabalho social. C- Conhecimento melhor didático. Sendo que a faculdade onde eu me formei não forneceu conteúdos base para atuação na área social. Sendo que os professores que atuam nesta área são chamados de facilitadores e os participantes são chamados de usuários. D- A importância é algo que varia muito de pessoa para pessoa, pois nem sempre é a formação que faz a diferença no trabalho com eles.
8. Como você avalia os participantes e quais os valores que são desenvolvidos durante as oficinas?
A- Os participantes estão em constante evolução emocional e pedagógica, onde durante as oficinas o principal é companheirismo, união e respeito uns com os outros. B- A avaliação se dá através do desenvolvimento do jovem durante as oficinas. Os valores desenvolvidos são criar vínculos, participação, integração e colaboração. C- Participação, registro diário, progresso nas atividades e nas oficinas, receber apoio para autonomia, co-educação. D- A avaliação é feita pelo comportamento e desenvolvimento que eles alcançam ao passar do tempo. Os valores mais trabalhados é de respeito e de conscientização com algumas causas.
9. Qual o tempo disponível para desenvolver as oficinas de esporte e lazer com as crianças e adolescente?
A- O profissional é contratado como bolsista por 20 horas semanais, onde são divididos em 3 tardes para os adolescentes e 2 para as crianças. Sendo que com um período de uma hora e meia por oficina, ou seja, uma hora e meia de esporte e lazer, isso na teoria, pois essa programação não acontece diariamente entre todos os profissionais envolvidos com o CRAS. B- O tempo é relativo, depende da proposta do dia e das oficinas junto ao CRAS. C- 1 hora e 30 minutos por oficina, sendo 4 oficinas diárias, divididas em dois turnos. D- Com os adolescentes é apenas uma tarde por semana, o que dificulta muito em trabalhar algo. Com as crianças é praticamente todos os dias, aproximadamente umas duas horas de oficina.

